

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2021

**Aos Excelentíssimos Srs. Parlamentares do
Fórum Parlamentar Catarinense**

Prezados Senhores Parlamentares,

Santa Catarina vive uma dramática situação em relação à pandemia do Coronavírus, causador da SARS-COVID-19, agravada por uma desproporcional distribuição de vacinas aos estados. É inadmissível que nosso Estado figure na penúltima posição na ordem para recebimento das vacinas.

Uma ação urgente, firme e com base em fortes argumentos precisa ser realizada junto ao Ministério da Saúde para mudar e corrigir este quadro. O cálculo dos quantitativos das doses foi realizado a partir de informações desatualizadas do banco de dados do Ministério da Saúde e que não refletem a real condição em nosso Estado, daí a necessidade de retificação dos dados, sob pena de prejuízos enormes à sociedade catarinense. A desproporção na distribuição nacional se reflete com clareza no percentual de população vacinada.

Nesse ponto, é imprescindível destacar que os estados e municípios estão autorizados a importar vacinas sem registro da Anvisa, conforme decidiu o STF em 23/02/2021 na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 770, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O critério a ser observado é a constatação de que a União não tem condição de fornecer cobertura imunológica a tempo e em quantidades suficientes. É uma via que se abriu para acelerar a vacinação e que deve ser utilizada, mas que depende de planejamento, coordenação, logística e proatividade.

É exatamente isto o que reivindicamos e esperamos de nossos representantes em Brasília, eleitos para defender os interesses de Santa Catarina. Seja mediante a urgente correção dos dados norteadores do cálculo da quantidade de vacinas e pedido de remessa complementar do imunizante, seja por intermédio da aquisição de vacinas pelo Estado de Santa Catarina e Municípios, o que pedimos não é nenhum privilégio, mas, sim, a justa distribuição das doses de vacinas, levando-se em conta a proporcionalidade, dados corretos e situação caótica do sistema de saúde em nosso estado.

Além disso, uma série de argumentos devem ser levados em conta pelo Governo Federal, quais sejam:

1. Grande parte dos servidores dos hospitais e clínicas localizados na Capital, por exemplo, residem nas cidades da região. Portanto, não contam como moradores de Florianópolis, mas recebem as vacinas na cidade, o que aumenta a demanda do município.
2. Em nossas cidades litorâneas e turísticas, é muito comum a moradia temporária de pessoas de outros estados que aqui têm residências de veraneio. Em especial os mais idosos, estão sendo vacinados no Estado, mesmo não constando no cadastro do IBGE como residentes em Santa Catarina.



3. Os próprios dados do IBGE estão defasados, pois são de 10 anos atrás.

Portanto, é fundamental que o Fórum Parlamentar Catarinense, de forma unitária e determinada, exija do Ministério da Saúde um tratamento justo para Santa Catarina e que torne pública esta iniciativa. Do mesmo modo, entende-se ser razoável que o Fórum Parlamentar Catarinense adote providências [*como endereçar emendas*] no sentido de instar o Estado de Santa Catarina a urgentemente criar um plano factível de aquisição e distribuição de vacinas por conta própria para somar ao plano nacional de imunização.

Estamos certos de que somente assim, com atitudes práticas, estaremos fazendo um grande bem ao nosso Estado e ao nosso povo.

De nossa parte, estamos à disposição para colaborar no que for necessário.

TODOS JUNTOS, UNIDOS PELA VACINA!

Atenciosamente,

Associação FloripaAmanhã
Movimento Floripa Sustentável
Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional SC